



Seção I Da Execução da Despesa

Art. 75. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e entes da Federação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

§ 1º. Terá prioridade a execução das despesas correntes obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º. Deverão ser assegurados recursos preferencialmente para as obras já iniciadas, não podendo ser utilizados recursos de obras em andamento para execução de obras novas.

Art. 76. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotações orçamentárias.

§ 1º. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na observância das normas legais pertinentes.

§ 2º. Aos gestores de contratos e agentes que forem designados para liquidar despesa compete examinar a documentação comprobatória e os documentos fiscais respectivos, para instruir à formalização do processamento da liquidação da despesa, seguindo as disposições do caput e dos §§ 1º e 2º do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e regulamentação específica.

§ 3º. O Tesoureiro observará o cumprimento das etapas anteriores e só poderá efetuar o pagamento após regular liquidação, com documentos autênticos e idôneos, com atesto do liquidante e autorização do ordenador da despesa na nota de empenho.

Art. 77. O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas, para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na legislação aplicável, poderá estabelecer procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, inclusive aplicáveis ao processo de encerramento contábil de 2023, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Art. 78. Para cumprimento das disposições dos artigos 50 a 56 da LRF, os órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive consórcios públicos, dos quais o Município participe, apresentarão dados, informações e demonstrativos destinados a consolidação das contas públicas, individualização da aplicação dos



recursos vinculados e elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, nos prazos estabelecidos, inclusive cumprir as disposições do § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000, introduzido pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. O Poder Legislativo enviará mensalmente a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público, dados e informações de receitas e despesas consolidadas do Município, envolvendo todos os órgãos e entidades de ambos os Poderes, na forma da Lei.

Seção II

Das Transferências, das Delegações, dos Consórcios Públicos e das Subvenções.

Subseção I

Transferências e Delegações à Consórcios Públicos

Art. 79. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada, disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, da Portaria STN nº 274, de 2016 e Resolução T.C. nº 34, de 9 de novembro de 2016 alterada pela Resolução T.C nº TC Nº 03, de 15 março de 2017 oriundas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 80. Para as entregas de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Art. 81. A contabilização das despesas, junto ao consórcio público, deverá individualizar a movimentação de recursos oriundas do Município, assim como o consórcio encaminhará à Prefeitura as informações necessárias para atender ao disposto no § 6º do art. 48 e no caput do 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 82. Até 15 (quinze) de setembro de 2022, o consórcio encaminhará à Prefeitura Municipal a parcela de seu orçamento para 2023 que será custeada com recursos do Município, para inclusão na proposta orçamentária.



§ 1º. O consórcio público deverá prestar todas as informações necessárias para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária, de acordo com a legislação pertinente.

§ 2º. A proposta orçamentária do consórcio, relativa as ações que integrarão a Lei Orçamentária do Município, deverão ser apresentadas à Prefeitura com todo o detalhamento exigido nesta Lei, com os valores expressos na moeda corrente.

§ 3º. Não será admitido que o consórcio encaminhe seu orçamento geral e indique um percentual de participação para que sejam calculados os valores das dotações relativas ao Município.

§ 4º. O orçamento do consórcio público deverá observar na sua elaboração estimativa realista dos custos dos serviços, alocados em suas atividades e/ou projetos.

§ 5º. Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES/TCE, os dados mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais, no prazo legal.

Subseção II

Transferências de Recursos a Instituições Públicas e Privadas

Art. 83. Poderá ser incluída na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município.

Art. 84. As parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, obedecerão às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, atualizada pela Lei nº 13.204/2015 e desta Lei.

Art. 85. A destinação de recursos a entidades privadas também fica condicionada a prévia manifestação dos setores técnicos e jurídico do órgão concedente, sobre o objeto e a adequação dos instrumentos contratuais respectivos às normas pertinentes.

Art. 86. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos, bem como do cumprimento



integral de todas as cláusulas dos termos de colaboração, termos de fomento, acordo de cooperação ou outro instrumento legal aplicável.

Art. 87. Poderão ser celebrados pelo Município convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada com órgãos ou entidades públicas, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observadas as disposições do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 88. A Procuradoria Jurídica do Município poderá expedir normas sobre as disposições contratuais que deverão constar dos instrumentos respectivos, para que sejam aprovados pela área jurídica municipal, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

Art. 89. As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de repasse respectivo, devendo ser instruída com documentos autênticos e idôneos.

Seção III

Das Despesas com Pessoal e Encargos

Art. 90. Deverá haver efetivo controle das despesas com pessoal, nos termos do art. 169 da Constituição Federal e disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º. No caso de a despesa de pessoal ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, fica proibida a realização de despesas com hora extra, ressalvadas:

- I - Às áreas de saúde, educação e assistência social;
- II - Os casos de necessidade temporária de excepcional interesse público;
- III - Às ações de defesa civil;
- IV - Às atividades necessárias à arrecadação de tributos.

§ 2º. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo, adotará as seguintes medidas:

- I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - Eliminação de despesas com horas-extras;
- III - Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;



IV - Rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

§ 3º. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão harmonizadas com as disposições constitucionais, especialmente o art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal e legislação infraconstitucional pertinente.

Art. 91. Fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, para atender ao inciso II do § 1º do art. 169, assim como ao inciso X do art. 37, da Constituição Federal, mediante lei municipal.

Art. 92. Para cumprimento do disposto no art. 7º, inciso IV e no art. 37, inciso X da Constituição Federal, a proposta orçamentária conterà margem de expansão nas despesas de pessoal estimadas para o exercício, devendo ser considerado no cálculo o percentual de acréscimo estabelecido para o salário-mínimo nacional e para o piso nacional dos professores.

§ 1º. Para as despesas que já estejam previstas na margem de expansão das despesas obrigatórias na Lei Orçamentária e seus anexos, para suportar os acréscimos nas despesas de pessoal decorrentes de reajustes no salário-mínimo nacional e no piso dos profissionais de magistério da educação básica, fica desobrigada a apresentação de demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro junto ao projeto de lei para a concessão.

§ 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para pagar o valor do salário-mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação de lei municipal contemplando o reajuste.

§ 3º. Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar os critérios em lei específica que conceder os reajustes respectivos.

Art. 93. A despesa total com pessoal é o somatório dos gastos do município relativos a:

- I – Mandatos eletivos;
- II – Cargos;
- III – funções;
- IV – Empregados;
- V – Vencimento;
- VI – Vantagens fixas e variáveis;
- VII – subsídios dos agentes políticos;



- VIII – proventos da aposentadoria;
- IX – Pensões;
- X – Adicionais;
- XI – gratificações que tenha natureza remuneratória;
- XII – horas extras;
- XIII – vantagens pessoais de qualquer natureza, exceto as de natureza indenizatórias
- XIV – os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às Entidades de Previdência (RGPS e RPPS);
- XV – Os ativos;
- XVI – os inativos, custeados pelo município;
- XVII – os pensionistas, custeados pelo município;
- XVIII – os valores do contrato de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

Parágrafo primeiro – Além das despesas relacionadas neste artigo serão somadas as despesas de pessoal as resultantes de novas contratações por concurso público, processo seletivo para atendimento dos programas federais e as inclusões ou alterações de cargos e salários.

Art. 94. A despesa total com pessoal será apurada somando-se realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 95. A despesa total com pessoal, no município, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da RCL – Receita Corrente Líquida.

Art. 96. Na verificação do atendimento do limite 60% (sessenta por cento) da RCL – Receita Corrente Líquida com a despesa total com pessoal, não serão computadas as despesas:

- I – De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II – Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III – decorrentes de decisão judicial, desde que da competência de período anterior ao da apuração;
- IV – Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeado por recursos provenientes:
 - a) – da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - b) – da compensação financeira entre os diversos regimes de Previdência Social, para efeito de aposentadoria, tendo em vista a contagem recíproca



- do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana;
- c) – das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade;
 - d) – do produto da alienação de bens, direitos e ativos;
 - e) – e do seu superávit financeiro.

Art. 97. A repartição do limite de 60% (sessenta por cento) da RCL – Receita Corrente Líquida com a despesa total com pessoal, não poderá exceder o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 98. O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das seguintes transferências, efetivamente fixado no exercício financeiro de 2023.

Seção IV Das Despesas com Seguridade Social

Art. 99. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Subseção I Das Despesas com a Previdência Social

Art. 100. Serão incluídas dotações no orçamento para realização de despesas em favor da previdência social.

§ 1º. O empenhamento das despesas com obrigações patronais será estimativo para o exercício, por competência, devendo haver o processamento da liquidação em cada mês, de acordo com a legislação previdenciária.

§ 2º. Respeitadas as disposições da legislação específica, serão deduzidos das obrigações patronais os valores dos benefícios pagos diretamente pelo Município aos servidores segurados.

§ 3º. Poderá haver aporte adicional de recursos em favor do Regime Próprio de Previdência Social, nos termos estabelecidos em Lei.

§ 4º. O pagamento das obrigações previdenciárias tem prioridade em relação às demais despesas de custeio.



Art. 101. Fica autorizado o Poder Executivo realizar pagamentos das contribuições previdenciárias por meio de débito automático na conta de fundos e tributos em favor dos regimes previdenciários.

Art. 102. O Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Câmara de Vereadores, quando, diante de avaliação atuarial for identificada a necessidade de alterar alíquotas de contribuições, para o Regime Próprio de Previdência Social e/ou para atualizar dispositivos da legislação local, para adequá-la às normas e disposições de Lei Federal, dentro do exercício de 2023.

Subseção II

Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Art. 103. O Poder Executivo transferirá ao Fundo Municipal de Saúde os recursos destinados à realização das ações e dos serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012.

§ 1º. As diferenças entre as receitas e as despesas previstas e as efetivamente realizadas que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios serão apurados e corrigidos a cada quadrimestre do exercício financeiro, de acordo com os critérios constantes no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

§ 2º. As transferências voluntárias de recursos da União para a área de saúde que estejam condicionadas a contrapartida nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União, deverão ter dotações no orçamento do Município para seu cumprimento.

Art. 104. Serão publicados na Secretaria de Saúde, no prédio da Prefeitura e na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária que demonstra receitas e despesas com ações e serviços públicos da saúde a cada bimestre do exercício, bem como disponibilizado ao Conselho Municipal de Saúde na data da publicação.

Art. 105. A transferência de dados ao SIOPS – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade dos titulares de Poder e órgão, nos termos da legislação federal específica.

Art. 106. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo, conclusivo e fundamentado, será emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.



Art. 107. O Fundo Municipal de Saúde disponibilizará em portal da transparência, na Internet, a execução orçamentária diária, nos termos da lei.

Subseção III

Das Despesas com Assistência Social

Art. 108. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e da legislação aplicável, seguindo a Política Nacional de Assistência Social nos eixos estratégicos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

§ 1º. Para os efeitos do caput deste artigo, a proteção social básica está relacionada com ações de assistência social de caráter preventivo, enquanto a proteção social especial destina-se as ações de caráter protetivo.

§ 2º. O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social destinará dotações distintas para ações de proteção básica e proteção especial.

Art. 109. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

Art.110. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social, consoante legislação aplicável.

Art. 111. As transferências de recursos do Município para custeio de ações no Fundo Municipal de Assistência Social, preferencialmente, deverão ser programadas por meio de cronograma de desembolso e programação financeira, para facilitar o planejamento e a gestão do referido fundo.

Art. 112. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho Municipal de Assistência Social.



Seção V Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art. 113. Integrará o Orçamento do Município uma tabela demonstrativa do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante à vinculação de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 114. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos Municipal de Educação e de Controle Social do FUNDEB e aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 08 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

Art. 115. As prestações de contas anuais de recursos do FUNDEB, apresentadas pelos gestores serão instruídas com parecer do Conselho de Controle Social do Fundo, devendo o referido parecer, fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§ 1º. A movimentação de recursos do FUNDEB destinados às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, para atendimento da Lei Federal 14.113 de 25 de dezembro de 2020, será vinculada ao órgão responsável pela educação no município.

§ 2º. Poderá haver contabilização no âmbito da Prefeitura, com individualização de contas e registros, evidenciando receitas e despesas para atendimento ao disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º. A demonstração da origem e aplicação dos recursos no ensino será evidenciada no Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 do RREO, de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, consoante § 3º do art. 165 da Constituição Federal.



Seção VI Dos Repasses de Recursos à Câmara

Art. 116. Os repasses e recursos à Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos dos artigos 29-A e 168 da Constituição Federal.

Art. 117. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2023 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2022, devendo ser ajustada, até abril de 2023, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de recursos ao Poder Legislativo.

Seção VII Das Despesas com Serviços de Outros Governos

Art. 118. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas a União, ao Estado de Pernambuco ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes na Lei Orçamentária, mediante convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 119. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, para atender ao disposto no caput do art. 113 desta Lei.

§ 1º. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade de outros governos fica condicionada a prévia formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes.

§ 2º. Os instrumentos de que trata o § 1º serão formalizados nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou art. 184 da Lei Federal 14.133/2021, analisados e aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município, precedidos de solicitação formal com apresentação de plano de trabalho.



Seção VIII Das Despesas com Cultura e Esportes

Art. 120. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos.

§ 1º. Nas atividades de que trata o caput deste artigo, podem ser incluídas dotações para despesas com concessão de prêmios, subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

§ 2º. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal, observada regulamentação local.

Art. 121. Nos programas culturais de que trata o art. 115, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Art. 122. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível com os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Seção IX Dos Créditos Adicionais

Art. 123. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto Executivo.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, desde que não comprometidos:

- I - Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - Recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - Produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://stc.cepe.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6637385e2

V - Recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - Recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas no Município.

§ 2º. Nos recursos de que trata o inciso III do caput deste artigo, poderão ser utilizados os valores das dotações consignadas na reserva de contingência.

Art. 124. As solicitações ao Poder Legislativo para abertura de créditos adicionais conterão as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

Art. 125. Com fundamento no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, ficam autorizadas alterações e inclusões de categoria econômica, grupos de natureza da despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, desde que não modifique o valor total das ações constantes na lei orçamentária e em créditos adicionais.

Art. 126. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados com a forma e o nível de detalhamento estabelecidas para o orçamento.

Art. 127. Durante o exercício de 2023 os projetos de Lei destinados a autorização para abertura de créditos especiais incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar à execução dos programas de trabalho envolvidos, com a programação orçamentária respectiva.

Art. 128. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar ao Presidente da Câmara.

Art. 129. O Poder Legislativo indicará tanto a dotação que será suplementada, como aquela que terá saldo anulado no Orçamento da Câmara Municipal, quando da solicitação de abertura de crédito adicional ao Executivo.

Art. 130. O valor dos créditos orçamentários abertos em favor do Poder Legislativo onera o percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária.



Art. 131. Dentro do mesmo órgão do Poder Executivo e no mesmo grupo de despesa, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de dotações, sem onerar o percentual de suplementação autorizado na Lei orçamentária.

Art. 132. Os créditos extraordinários são destinados a despesas imprevisíveis e urgentes como em caso de calamidade pública, consoante disposições do § 3º do art. 167 da Constituição da República e do art. 44, da Lei Federal nº 4.320/1964, e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 133. Os créditos extraordinários, conforme estabelece o art. 44 da Lei nº 4.320/1964, não dependem de recursos orçamentários para sua abertura.

Art. 134. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos nº 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites legais.

Seção X

Das Mudanças na Estrutura Administrativa

Art. 135. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

Art. 136. Havendo mudança na estrutura administrativa resultante de Lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento, ou em crédito especial, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento poderá haver reajuste na classificação orçamentária, obedecidos os critérios e as normas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em vigor.

Seção XI

Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 137. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://eicetcepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6657385e2

orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Art. 138. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais de que trata o art. 132 desta Lei deverão ser entregues até o dia 15 de setembro de 2022, para que o Poder Executivo faça a inclusão no Projeto de alteração PPA 2022/2025 e na proposta orçamentária para 2023.

Art.139. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

Art.140. Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação aplicável.

Art. 141. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

Art. 142. Os gestores dos fundos apresentarão aos Conselhos, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativos da execução orçamentária do fundo respectivo.

Art. 143. Os conselhos reunir-se-ão regularmente e encaminharão cópia das atas ao Poder Executivo e aos gestores de fundos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a reunião, para que cópia das atas integre as prestações de contas que serão encaminhadas aos órgãos de controle.

§ 1º. Os pareceres de conselhos sobre as prestações de contas serão fundamentados e deverão opinar objetivamente sobre as contas apresentadas, devendo ser emitidos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas e expedidas cópias ao Poder Executivo e ao gestor de fundo, para encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.

§ 2º. A omissão do dever de prestar, de contas por parte do gestor do fundo, implica em tomada de contas especial, na forma da lei e regulamento.



Seção XII Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 144. O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será publicado da forma definida na Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 145. No impacto orçamentário-financeiro, que alude o art. 139 desta Lei, será considerado para o exercício que entrar em vigor e para os dois seguintes.

Art. 146. O órgão responsável pelas finanças municipais terá o prazo de 10 (dez) dias para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informados pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas por meio do programa novo, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

Parágrafo único. O mesmo prazo de dez dias concedido à Secretaria responsável pelas finanças municipais, terá o setor de recursos humanos para produzir e disponibilizar folhas de pagamento simuladas que instruirão cálculos de estudo de impacto orçamentário-financeiro para efeito de análise de reflexos de acréscimos na despesa de pessoal.

Art. 147. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecidos nos incisos I e II do caput e § 1º do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018 e inciso I e II do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Parágrafo único. Para as despesas de que trata o caput não será emitido demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro.

Art. 148. As entidades da administração indireta, fundos municipais e o Poder Legislativo utilizarão o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, adotado pelo Poder Executivo para fins de atendimento de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social, monitoramento da evolução de receitas e despesas, assim como para atendimento das determinações do Decreto 10.540/2020.



Art. 149. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, serão promovidas reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 150. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos, em atos próprios, procedimentos para a limitação de empenho, observada a seguinte escala de prioridades:

- I - Obras não iniciadas;
- II - Desapropriações;
- III - Instalações, equipamentos e materiais permanentes;
- IV - Serviços para a expansão da ação governamental;
- V - Materiais de consumo para a expansão da ação governamental;
- VI - Fomento ao esporte;
- VII- Fomento à cultura;
- VIII - Outras situações declaradas nos atos de contingenciamento.

§ 1º. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal, incluídos os encargos sociais.

§ 2º. A limitação de empenho e movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

CAPÍTULO VII DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DOS CUSTOS

Seção I Do Detalhamento da Despesa e da Programação Financeira

Art.151. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimensais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

Art. 152. Ocorrendo frustração das metas bimensais de arrecadação, ou seja, receita arrecada até o bimestre inferior à previsão, aplicam-se as normas do art. 9º da



Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e disposições desta Lei sobre contingenciamento de despesas.

Art. 153. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de recursos financeiros para o pagamento.

Seção II

Do Controle de Custos e Avaliação dos Resultados

Art. 154. O controle de custos, no âmbito da Administração Municipal, obedecerá às normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão implantadas, paulatinamente, de acordo com a capacidade de estruturação de um sistema de controle de custos adequado ao Município.

Art. 155. A avaliação dos resultados dos programas será feita preferencialmente através de indicadores, devendo o Gestor de cada programa acompanhar os gastos com a execução do programa e comparar as metas previstas com as realizadas.

Art. 156. Durante o exercício poderão ser construídos, substituídos, modificados e acrescidos indicadores para mesurar o desempenho dos programas de trabalho do PPA 2022/2025, por meio de Decreto.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção única Das Prestações de Contas e da Fiscalização

Art. 157. Serão apresentadas até o dia 31 (trinta e um) de março de 2024 ou outro prazo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco:

- I - A Prestação de Contas Anual, exercício de 2023, pela Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e Resolução Própria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;



Art. 158. Serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco as prestações de contas de 2023, em meio digital no processo eletrônico, de acordo com resoluções do referido tribunal.

Art. 159. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2023, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 160. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira, inclusive dos convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO IX DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS, CONSÓRCIOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Seção I

Do Orçamento dos Fundos, Consórcios e Órgãos da Administração Indireta

Art. 161. Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. A regra do caput aplica-se as autarquias, fundações, empresas públicas e demais entidades da administração indireta.

Art. 162. Os órgãos e entidades da administração indireta citados no artigo anterior encaminharão, até o dia 15 (quinze) de setembro de 2022, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2023.

Art. 163. Os planos de trabalho e aplicação dos recursos de que trata o art. 157 desta Lei e o art. 2º, § 2º, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 1964, serão compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.



Seção II Da Execução Orçamentária e Controle de Investimentos

Art. 164. Os titulares de órgãos responsáveis pela contratação e execução de obras públicas e serviços de engenharia no Município ficam responsáveis pela produção, assinatura e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco das informações relativas as Obras e Serviços de Engenharia, através do sistema disponibilizado pelo TCE-PE.

Art. 165. O controle de obras públicas, a elaboração do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia e a fiscalização, deverão obedecer às exigências do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do TCE-PE e suas atualizações.

Art. 166. Os gestores de programas e de convênios acompanharão a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas pelo programa e o alcance dos objetivos respectivos.

§1º. O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitir relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

§ 2º. O Gestor de convênios e contratos de repasse será responsável pela formalização da prestação de contas respectiva e o acompanhamento até sua regular aprovação, monitoramento do Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, alimentação e consultas ao sistema de convênios e atendimento de diligências.

§ 3º. A Chefe do Poder Executivo designará os responsáveis pela gestão de convênios, contratos de repasse e programas de trabalho.

Art. 167. É proibida a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS, DO ENDIVIDAMENTO E DOS RESTOS A PAGAR



Seção I Dos Precatórios

Art.168. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.

Art.169. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

§ 1º. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 30 de julho de 2022, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária do próximo exercício.

§ 2º. Para fins de acompanhamento, a Procuradoria Municipal examinará todos os precatórios e informará aos setores envolvidos, especialmente os órgãos citados no caput deste artigo, orientará a respeito do atendimento de determinações judiciais e indicará a ordem cronológica dos precatórios existentes no Poder Judiciário.

170. Até o dia 15 (quinze) de setembro de 2022 a Procuradoria Jurídica do Município conferirá junto ao Poder Judiciário a lista de precatórios, beneficiários, valores e ordem cronológica, para confrontar com as informações do órgão de planejamento municipal, para propiciar exatidão dos valores das dotações que serão incluídas no orçamento de 2023, para pagamento de precatórios.

Seção II Da Celebração de Operações de Crédito

Art. 171. Poderá constar da Lei Orçamentária autorização para celebração de operações de crédito, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

§ 2º. Também será permitida a realização de Operações de Crédito por Antecipação de Receita, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e da regulamentação da Secretaria do Tesouro Nacional.



Art. 172. A Lei específica que autorizar operação de crédito poderá autorizar a reestimativa da receita de operações de crédito na Lei Orçamentária Anual, para viabilizar investimentos.

Seção III Dos Restos a Pagar

Art. 173. Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - Anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;
- II - Anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;
- III - Anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;
- IV - Anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;
- V - Anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;
- VI - Cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.

Parágrafo único. O controle de gastos e a programação orçamentária e financeira deverão seguir as regras da responsabilidade fiscal, tendo como principal objetivo evitar a geração de despesas sem lastro financeiro, que resultem na inscrição de restos a pagar, para não comprometer as finanças dos exercícios seguintes.

Seção IV Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada

Art.174. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos previdenciários, para efeito de controle e acompanhamento.



§ 1º. Serão consignadas no orçamento dotações para o custeio do serviço da dívida, compreendendo juros, atualizações e amortizações da dívida consolidada.

§ 2º. Na proposta orçamentária deverá ser considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, nos termos da legislação aplicável.

Art. 175. O Poder Executivo, periodicamente, deverá dirigir-se formalmente aos órgãos, entidades, instituições financeiras, Receita Federal e concessionárias de serviço público para conferir a exatidão do montante da dívida pública do Município com essas entidades.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção Única Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 176. Caso o Projeto da Lei Orçamentária, apresentado ao Poder Legislativo, não for sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada em 2023, para o atendimento de:

- I - Despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II - Ações de prevenção a desastres e catástrofes;
- III - Ações em andamento;
- IV - Obras em andamento;
- V - Pagamento de Folha Salarial e encargos sociais;
- VI - Manutenção dos órgãos e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos;
- VII - Execução dos programas e outras despesas correntes de caráter inadiável inclusive aquelas relativas ao enfrentamento de endemias ou pandemias.

Art. 177. Ocorrendo a situação prevista no art. 171, para despesas de pessoal, de manutenção das unidades administrativas, despesas obrigatórias de caráter continuado e para o custeio do serviço e da amortização da dívida pública, fica autorizada a emissão de empenho estimativo para o Exercício 2023.

Art. 178. As audiências públicas previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e nesta Lei, serão realizadas nos prazos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://etce.tepe.tc.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6637385e2

§ 1º. As audiências públicas poderão ser convocadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, devendo ser divulgados os órgãos que conduzirão as audiências, local, data e hora.

§ 2º. Quando as audiências públicas forem convocadas no âmbito do Poder Legislativo ficarão a cargo da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais.

Art. 179. Até 5 (cinco) dias da entrega dos projetos do Plano Plurianual e da proposta da Lei Orçamentária à Câmara Municipal, a Prefeitura divulgará em meio digital no Portal da Transparência, para conhecimento da população.

Art. 180. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da prefeita, 26 de setembro de 2022.


JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
PREFEITA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://etce.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-d6b6637385e2

ANEXO I
PRIORIDADES

Palácio Municipal Miguel Agostinho Barbosa
Rua Severino Augusto de Miranda. S/N - Casinhas - PE - Fones: (81) 3634-9156



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://etec.icepe.tc.br/epj/validaDoc/seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db6b637385e2

METAS E PRIORIDADES

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é, por excelência e disposição constitucional, o instrumento de planejamento que contemplará as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro subsequente e servirá, portanto, de guia à Municipalidade para a consecução de políticas públicas e suas principais entregas.

Além de orientar a atuação do ente público, a elaboração do presente Anexo é fundamental também enquanto instrumento de transparência, a fim de informar tempestivamente à sociedade civil de que forma parte dos recursos constantes do orçamento – advindos também por meio do pagamento de tributos por cada cidadão – serão investidos e que benefícios resultarão à coletividade (artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Não é possível pensar a existência do presente Anexo sem a devida interlocução com as demais peças do orçamento e planejamento municipal. Entende-se que a LDO é o elo entre os instrumentos de médio prazo – Plano Plurianual (PPA) e Programa de Metas – com o orçamento anual, que será elaborado no segundo semestre. Com isso, os recursos previstos no orçamento assegurarão a implementação das entregas previstas.

Sendo assim, o projeto da LDO 2023 encaminhado à Câmara Municipal considera as prioridades incluídas na proposta inicial do Programa de Metas apresentado até o dia 30 de julho de 2022, enquanto o projeto de Plano Plurianual encontra-se em elaboração, para ser apresentado à Câmara no prazo legal. Tal aparente dilema é resolvido pela mencionada correlação entre as peças de planejamento, com inevitável influência dos projetos, ainda que em construção.

Feitas as explicações quanto ao quadro estrutural de elaboração do presente Anexo de Metas e Prioridades, apresentam-se, na sequência, as Metas e Prioridades definidas pela Administração Pública Municipal para o exercício de 2023. Para definir prioridades, o Quadro a seguir adota parâmetros mais restritivos, e considera a inclusão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://ctce.icepe.tc.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6637385e2

de recursos não compreendidos entre as receitas previstas no orçamento, como o superávit financeiro, por exemplo. Ademais, o PPA inclui entregas para todo o quadriênio, imputando custos desde seu início, o que impacta o valor financeiro dispendido no exercício de 2023.


JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
PREFEITA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://ste.icep.te.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db6b637385e2

ANEXO - AÇÕES E METAS FÍSICAS

MACROOBJETIVO: Trabalho Decente e Crescimento econômico

PROGRAMA	AÇÕES
Casinhas Desenvolvida	Ações para formalização das Fábricas e Fabricos de confecção da Cidade
	Capacitação e Qualificação Profissional
	Ações de Desenvolvimento Econômico
	Ações para as feiras livres
Turismo Municipal	Ações para Eventos Turísticos – Circuito Municipal do Frio e de Vaquejadas e outras festas tradicionais
	Planejamento e Estrutura das festividades tradicionais
	Instalação de Internet em Praças e Logradouros Públicos
	Criação do centro Público de emprego, Trabalho e Renda (CPETR)
Fomento ao Empreendedorismo	Concessão de Crédito a microempreendedores informais
	Concessão de Crédito a Microempreendedores formais
Qualificação Profissional	Qualificação e requalificação (demandas espontâneas/localizadas)
Fortalecimento do Setor Primário	Ações de incentivo ao pequeno produtor rural e agricultor familiar

MACROOBJETIVO: Saúde e Bem-Estar, Educação de Qualidade e Erradicação da Pobreza

PROGRAMA	AÇÕES
Atenção Básica	Reforma e/ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde
	Ações do Programa Saúde da Família
	Ações do Programa Agente Comunitário de Saúde
	Ações de Atenção à Saúde
	Ações de saúde Bucal
Atenção a Média e Alta Complexidade	Reforma da Unidade Mista Municipal
	Ações do Programa Saúde Mental
	Aquisições de ambulâncias e viaturas
	Realização de Exames de alta complexidade
	Atendimentos Médicos Especializados
Ações de Combate a Endemias ou Pandemias	Manutenção do combate as endemias
	Ações de Monitoramento aos infectados
	Controle de zoonoses
Assistência Farmacêutica	Ações de Distribuição de Medicamentos (Componentes Básicos)
	Ações de fornecimento de Medicamentos (decisões judiciais)
Vigilância em Saúde	Ações da Vigilância em Saúde (Epidemiológica e ambiental)
Gestão em Saúde	Ações de Capacitação dos Profissionais de Saúde
	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Infraestrutura da Rede Municipal de Ensino	Ampliação, Reforma e qualificação das Escolas Municipais
	Construção e Cobertura de Quadras Escolares
	Construção de Novas Escolas
Gestão do Sistema Municipal de Ensino	Ações de Melhoria da Frota do transporte Escolar
	Recursos FUNDEB 70%
	Recursos FUNDEB 30%
	Ações do Programa PNAE
	Ações para Educação de Jovens e Adultos
Formação de Professores	Formação através de Cursos, Capacitações, Seminários e Outros

Palácio Municipal Miguel Agostinho Barbosa

Rua Severino Augusto de Miranda. S/N - Casinhas - PE - Fones: (81) 3634-9156



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://ste.icepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6b637385e2

Proteção Social de Média e Alta Complexidade	Ações do CREAS
Proteção Social Básica	Ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV
	Ações do Programa de Alimentação
	Ações do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social
	Manutenção do ACESSUAS
	Ações do Programa Bolsa Família e CADÚNICO
	Ações do programa Criança Feliz
	Ações do Programa de Benefícios Eventuais
Criança e Adolescente	Implantação de programa de voluntariado
	Execução de Programas e Projetos aprovados pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente
Fortalecimento das Ações de Promoção Social	Ações dos Programas de rede atendimento à Criança e Adolescente
	Ações da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres
Incentivo às atividades Esportivas e de Lazer	Ações de Assistência Geral à Comunidades
	Ações de Apoio e realização de eventos e atividades esportivas
Juventude em Ação	Ações de incentivo à participação ativa da juventude
Casinhas Cultural	Construção, implantação e ampliação de novos espaços públicos culturais
	Realização e Apoio a Eventos, Projetos e atividades artísticas-culturais

MACROOBJETIVO: CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

PROGRAMA	AÇÕES
Desenvolvimento da infraestrutura da Zona Rural	Construção de Cisternas
	Construção de Habitações Rurais
	Ações de Manutenção das Estradas Vicinais
	Ações para Recursos Hídricos
Infraestrutura Urbana - PROINFRA	Urbanização de áreas
	Revitalização da Área Central
	Requalificação e implantação de Equipamentos Públicos e Comunitários
	Manutenção e Melhoria da infraestrutura viária
	Serviços de Melhoria do sistema de drenagem
	Manutenção e Implantação do sistema de iluminação Pública
	Manutenção dos Espaços de Esporte e Lazer
Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Ações de Eficientização Energéticas
	Implantação da Coleta Seletiva
	Ações de Limpeza Urbana
Casinhas Mais Bonita	Manutenção dos serviços de destinação dos resíduos sólidos para aterros sanitários
	Construção e Requalificação de Praças
Gestão de Riscos e Respostas à desastres	Elaboração e execução de Projetos Ambientais / Projeto adote uma Árvore
	Ações de Treinamentos, Capacitações e formação em Situações de Riscos
	Ações de Saneamento básico e drenagem
	Ações de Moradia popular

MACROOBJETIVO: PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

PROGRAMA	AÇÕES
Cidade Participativa	Ações do Orçamento Participativo e Incentivo a Entidades de Classes
	Ações dos Conselheiros Gestores
	Ações do Conselho Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://etce.tecepe.tc.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6b637385e2

Qualidade na Administração Pública e Administrativa	Ações do Conselho Tutelar
	Ações da Publicidade institucional
	Manutenção da Ouvidoria Municipal
	Melhoria do Portal da Transparência
	Ações de reestruturação das Secretarias Municipais
	Ações de Capacitação de Servidores Municipais


JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
PREFEITA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://ste.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6b637385e2

ANEXO II

METAS FISCAIS

Palácio Municipal Miguel Agostinho Barbosa
Rua Severino Augusto de Miranda. S/N - Casinhas - PE - Fones: (81) 3634-9156



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://eic.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db6b637385e2

ANEXO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/2023

ANEXO DE METAS FISCAIS APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Casinhas, para o exercício de 2023, é um conjunto de demonstrativos estabelecidos pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Foi elaborado de conformidade com o preconizado pela 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais de 2022, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, deduzindo do Resultado Primário, a estimativa de juros e encargos passivos (juros pagos) e somando a estimativa de juros e encargos ativos (juros recebidos).

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

- I - Demonstrativo 1 – Metas Anuais de:
 - a) Receitas Primárias;
 - b) Despesas Primárias;
 - c) Resultado Nominal;
 - d) Resultado Primário;
 - e) Montante da Dívida.
- II – Demonstrativo 2: Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III – Demonstrativo 3: Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo 4: Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo 5: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo 6: Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais.
- VII – Demonstrativo 7: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://etce.tecepe.tc.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6b637385e2

VIII – Demonstrativo 8: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

É importante conhecer os benefícios fiscais concedidos e a conceder, anistias, remissões, créditos presumidos etc., decorrentes de leis e atos administrativos, para quantificação nas projeções das tabelas e planilhas deste anexo.


JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
PREFEITA



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais

Exercício: 2023

AMF - (LRF, art. 4º, §3º)



Documento Assinado Digitalmente por JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: https://lcp.casinhas-pe.gov.br/validarDoc.aspx?CodigoDoc=86949772-7f89-4b64-b0e7-dbb6b37385e2

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	160.000	Limitação de empenho e movimentação financeira	160.000
Avais e Garantias Concedidas	0		0
Outros Passivos Contingentes	260.250	Limitação de empenho e movimentação financeira	260.250
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0		0
Outros Passivos Contingentes Emergenciais	500.000	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	500.000
SUBTOTAL	920250	SUBTOTAL	920250
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0		0
Restituição de Tributos a maior	0		0
Discrepância de Projetos	0		0
Outros Riscos Fiscais	0		0
SUBTOTAL	0	SUBTOTAL	0
TOTAL	R\$ 920.250,00	TOTAL	R\$ 920.250,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	56.683.324,00	54.450.839,58	2.834.166.200,000	109,04	58.497.185,46	54.451.443,23	2.924.859.273,000	147,96	60.252.102,11	54.452.871,32	3.012.605.105,500	125,86
Receitas Primárias (I)	55.238.191,00	53.062.623,44	2.761.909.550,000	106,26	57.005.808,46	53.063.211,82	2.850.290.423,000	144,19	58.715.984,11	53.064.603,80	2.935.799.205,500	122,65
Despesa Total	56.683.324,00	54.450.839,58	2.834.166.200,000	109,04	58.497.185,11	54.451.442,90	2.924.859.255,500	147,96	60.252.102,19	54.452.871,39	3.012.605.109,500	125,86
Despesas Primárias (II)	55.184.121,00	53.010.683,00	2.759.206.050,000	106,16	56.950.007,73	53.011.270,34	2.847.500.386,500	144,05	58.658.510,42	53.012.661,92	2.932.925.521,000	122,53
Resultado Primário (III) = (I - II)	54.070,00	51.940,44	2.703.500,000	0,10	55.800,73	51.941,48	2.790.036,500	0,14	57.473,69	51.941,88	2.873.684,500	0,12
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	1.080,00	1.037,46	54.000,000	0,00	1.114,00	1.036,95	55.700,000	0,00	1.147,00	1.036,60	57.350,000	0,00
Resultado Normal - (VI) = (III + (IV - V))	52.990,00	50.902,98	2.649.500,000	0,10	54.686,73	52.532,88	2.734.336,500	0,11	56.326,69	54.108,25	2.816.334,500	0,11
Dívida Pública Consolidada	9.288.457,60	8.922.629,78	464.422.880,000	17,87	9.585.688,24	8.922.729,44	479.284.412,000	24,25	9.873.258,88	8.922.963,29	493.662.944,000	20,62
Dívida Consolidada Líquida	9.288.457,60	8.922.629,78	464.422.880,000	17,87	9.585.688,24	8.922.729,44	479.284.412,000	24,25	9.873.258,88	8.922.963,29	493.662.944,000	20,62

Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Despesas Primárias Geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
	PIB Real (Crescimento % anual)	1,00	2,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	9,25	7,50	7,00
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)	5,04	5,00	5,02
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,10	3,20	3,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	2,00	2,00	2,00
Receita Corrente Líquida - RCL	51.984.488,00	53.647.991,60	55.257.431,40

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita



AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	46.950.000	2.347.500.000,000	118,75	53.286.413	0,000	111,31	6.336.413	13,50
Receitas Primárias (I)	46.950.000	2.347.500.000,000	118,75	52.869.013	0,000	110,44	5.919.013	12,61
Despesa Total	46.950.000	2.347.500.000,000	118,75	46.250.174	0,000	96,61	-699.826	(1,49)
Despesas Primárias (II)	45.699.000	2.284.950.000,000	115,59	45.030.524	0,000	94,07	-668.476	(1,53)
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.251.000	62.550.000,000	3,16	7.838.490	0,000	16,37	6.587.490	526,58
Resultado Nominal	1.250.000	62.500.000,000	3,16	7.838.490	0,000	16,37	6.588.490	527,08
Dívida Pública Consolidada	7.315.000	365.750.000,000	18,50	0	0,000	0,00	-7.315.000	(100,00)
Dívida Consolidada Líquida	7.315.000	365.750.000,000	18,50	-7.986.704	0,000	(16,68)	-15.301.704	(209,18)

ESPECIFICAÇÃO

VALOR - R\$ milhares

Previsão do PIB Estadual para 2021	2,00
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2021	0,00
Previsão da RCL para 2021	39.449.319,27
Valor Efetivo (realizado) da RCL para 2021	46.741.390,13

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Prefeita





Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2023

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	47.600.000	46.950.000	(1,37)	48.687.150	3,70	56.683.324	16,42	58.497.185	3,20	60.252.102	3,00	
Receitas Primárias (I)	47.479.000	46.950.000	(1,11)	48.687.150	3,70	56.683.324	16,42	58.497.185	3,20	60.252.102	3,00	
Despesa Total	47.600.000	46.950.000	(1,37)	48.687.150	3,70	56.683.324	16,42	58.497.185	3,20	60.252.102	3,00	
Despesas Primárias (II)	46.608.000	45.699.000	(1,95)	47.343.055	3,60	55.184.121	16,56	56.950.008	3,20	58.658.510	3,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	871.000	1.251.000	43,63	1.344.095	7,44	1.499.203	11,54	1.547.178	3,20	1.593.592	3,00	
Resultado Nominal	461.000	1.250.000	171,15	1.343.058	7,44	1.498.123	11,55	1.546.064	3,20	1.592.445	3,00	
Dívida Pública Consolidada	11.323.815	7.315.000	(35,40)	9.883.815	35,12	9.288.458	(6,02)	9.585.688	3,20	9.873.259	3,00	
Dívida Consolidada Líquida	11.323.815	7.315.000	(35,40)	9.883.815	35,12	9.288.458	(6,02)	9.585.688	3,20	9.873.259	3,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	46.836.564	44.850.974	(4,24)	48.687.150	8,55	54.450.840	11,84	54.451.443	0,00	54.452.871	0,00	
Receitas Primárias (I)	46.717.505	44.850.974	(4,00)	48.687.150	8,55	54.450.840	11,84	54.451.443	0,00	54.452.871	0,00	
Despesa Total	46.836.564	44.850.974	(4,24)	48.687.150	8,55	54.450.840	11,84	54.451.443	0,00	54.452.871	0,00	
Despesas Primárias (II)	45.860.474	43.655.904	(4,81)	47.343.055	8,45	53.010.683	11,97	53.011.270	0,00	53.012.662	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	857.030	1.195.071	39,44	1.344.095	12,47	1.440.157	7,15	1.440.173	0,00	1.440.209	0,00	
Resultado Nominal	453.606	1.194.115	163,25	1.343.058	12,47	1.439.119	7,15	1.439.136	0,00	1.439.173	0,00	
Dívida Pública Consolidada	11.142.197	6.987.963	(37,28)	9.883.815	41,44	8.922.630	(9,72)	8.922.729	0,00	8.922.963	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	11.142.197	6.987.963	(37,28)	9.883.815	41,44	8.922.630	(9,72)	8.922.729	0,00	8.922.963	0,00	

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2020	2021	2023	2024	2025
1,63	3,00	4,10	3,20	3,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças


Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2023

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	47.600.000	46.950.000	(1,37)	48.687.150	3,70	56.683.324	16,42	58.497.185	3,20	60.252.102	3,00	
Receitas Primárias (I)	47.479.000	46.950.000	(1,11)	48.687.150	3,70	56.683.324	16,42	58.497.185	3,20	60.252.102	3,00	
Despesa Total	47.600.000	46.950.000	(1,37)	48.687.150	3,70	56.683.324	16,42	58.497.185	3,20	60.252.102	3,00	
Despesas Primárias (II)	46.608.000	45.699.000	(1,95)	47.343.055	3,60	55.184.121	16,56	56.950.008	3,20	58.658.510	3,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	871.000	1.251.000	43,63	1.344.095	7,44	1.499.203	11,54	1.547.178	3,20	1.593.592	3,00	
Resultado Nominal	461.000	1.250.000	171,15	1.343.058	7,44	1.498.123	11,55	1.546.064	3,20	1.592.445	3,00	
Dívida Pública Consolidada	11.323.815	7.315.000	(35,40)	9.883.815	35,12	9.288.458	(6,02)	9.585.688	3,20	9.873.259	3,00	
Dívida Consolidada Líquida	11.323.815	7.315.000	(35,40)	9.883.815	35,12	9.288.458	(6,02)	9.585.688	3,20	9.873.259	3,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	46.836.564	44.850.974	(4,24)	48.687.150	8,55	54.450.840	11,84	54.451.443	0,00	54.452.871	0,00	
Receitas Primárias (I)	46.717.505	44.850.974	(4,00)	48.687.150	8,55	54.450.840	11,84	54.451.443	0,00	54.452.871	0,00	
Despesa Total	46.836.564	44.850.974	(4,24)	48.687.150	8,55	54.450.840	11,84	54.451.443	0,00	54.452.871	0,00	
Despesas Primárias (II)	45.860.474	43.655.904	(4,81)	47.343.055	8,45	53.010.683	11,97	53.011.270	0,00	53.012.662	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	857.030	1.195.071	39,44	1.344.095	12,47	1.440.157	7,15	1.440.173	0,00	1.440.209	0,00	
Resultado Nominal	453.606	1.194.115	163,25	1.343.058	12,47	1.439.119	7,15	1.439.136	0,00	1.439.173	0,00	
Dívida Pública Consolidada	11.142.197	6.987.963	(37,28)	9.883.815	41,44	8.922.630	(9,72)	8.922.729	0,00	8.922.963	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	11.142.197	6.987.963	(37,28)	9.883.815	41,44	8.922.630	(9,72)	8.922.729	0,00	8.922.963	0,00	

ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
2020	2021	2022	2023	2024
1,63	3,00	4,10	3,20	3,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Prefeita



Acesse em: <https://cece.icepe.tc.br/epv/validadoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db6b637385e2



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2023

Juliana Barbosa da Silva Aguiar

Prefeita



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://stc.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db6b637385e2



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2023



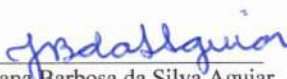
AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	
Patrimônio / Capital		0,00		0,00		
Reservas		0,00		0,00		
Resultado Acumulado	-62.915.490	100,00	-47.049.093	100,00	11.216.000	
TOTAL	-62.915.490	100	-47.049.093	100	11.216.000	

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	
Patrimônio		0,00		0,00		
Reservas		0,00		0,00		
Lucro ou Prejuízos Acumulado	-84.203.085	100,00	-58.359.031	100,00	-30.258.000	
TOTAL	-84.203.085	100	-58.359.031	100	-30.258.000	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças


Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita

Documento assinado digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Assinatura em: https://eide.cepe.tc.br/epi/validaDoc.shtm Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db06637385e2



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

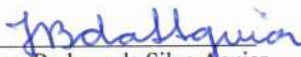


Exercício: 2023

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (d)	2019
Receitas de Capital	0	0	
Alienação de Bens	0	0	
Alienação de Bens Móveis	0	0	
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0	0	
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0	0	
TOTAL	0	0	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças


Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita

Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://eicf.ccepe.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6637385e2



AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) +
2022	4.962.593	6.145.875	-1.183.281	-1.183.281
2023	4.829.601	6.575.196	-1.745.595	-2.928.876
2024	4.550.317	7.280.364	-2.730.047	-5.658.923
2025	4.282.077	7.980.597	-3.698.520	-9.357.443
2026	4.768.429	8.413.521	-3.645.092	-13.002.535
2027	2.776.719	8.620.514	-5.843.795	-18.846.330
2028	2.462.475	8.880.338	-6.417.863	-25.264.193
2029	2.302.227	9.273.335	-6.971.107	-32.235.300
2030	2.230.155	9.639.401	-7.409.246	-39.644.546
2031	2.188.087	9.897.535	-7.709.448	-47.353.993
2032	2.140.440	10.146.299	-8.005.859	-55.359.852
2033	2.000.832	10.458.777	-8.457.945	-63.817.798
2034	1.197.297	10.570.431	-9.373.134	-73.190.932
2035	1.114.504	10.770.384	-9.655.880	-82.846.812
2036	1.032.990	10.961.979	-9.928.989	-92.775.801
2037	976.575	11.053.401	-10.076.826	-102.852.627
2038	945.982	11.055.560	-10.109.579	-112.962.206
2039	921.616	11.030.281	-10.108.665	-123.070.871
2040	905.559	10.958.573	-10.053.014	-133.123.885
2041	862.974	10.967.663	-10.104.689	-143.228.574
2042	825.523	10.952.966	-10.127.443	-153.356.017
2043	794.611	10.902.773	-10.108.162	-163.464.178
2044	762.644	10.845.206	-10.082.562	-173.546.740
2045	751.188	10.707.490	-9.956.303	-183.503.043
2046	733.101	10.581.111	-9.848.010	-193.351.053
2047	710.094	10.459.412	-9.749.319	-203.100.372
2048	703.641	10.269.692	-9.566.051	-212.666.423
2049	696.403	10.070.060	-9.373.657	-222.040.080
2050	688.305	9.860.284	-9.171.979	-231.212.059
2051	679.267	9.640.083	-8.960.815	-240.172.875
2052	669.209	9.409.141	-8.739.932	-248.912.807
2053	654.426	9.179.409	-8.524.983	-258.760.817
2054	642.155	8.925.925	-8.283.770	-267.044.587
2055	628.634	8.660.861	-8.032.227	-275.076.814
2056	613.794	838.993	-225.199	-275.302.014

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Prefeita

Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
 Acesse em: <https://ceipe.tc.br/epv/validaDoc/seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6b37385e2



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS



Exercício: 2023

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2019	2020	2021
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.423,00	5.560,00	3.765,00
Receitas Correntes	2.961,00	3.090,00	3.765,00
Contribuições	2.961,00	3.090,00	1.300,00
Contribuições Sociais			1.300,00
Receita Patrimonial	2.199,00	2.470,00	2.460,00
Valores Mobiliários	2.199,00	2.470,00	2.460,00
Receitas Correntes			
Receita Patrimonial			
Valores Mobiliários			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			2.300,00
Contribuições Sociais			2.300,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	5.160,00	5.560,00	6.065,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2.530,00	2.593,00	6.121,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)	2.530,00	2.593,00	6.121,00
Administração			5.000,00
DESPESAS CORRENTES			5.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.000,00
DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
INVESTIMENTOS			1.000,00
Previdência Social	2.530,00	2.593,00	3.000,00
DESPESAS CORRENTES	2.530,00	2.593,00	3.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.530,00	2.593,00	3.000,00
Encargos Especiais			1.000,00
DESPESAS CORRENTES			1.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			10.000,00
Reserva de Contingência			2.351.000,00
Reserva de Contingência			2.351.000,00
Reserva de Contingência			2.351.000,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			10.000,00
Administração			10.000,00
DESPESAS CORRENTES			10.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			10.000,00
Reserva do RPPS			2.351.000,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	2.530,00	2.593,00	6.121,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	2.630,00	2.967,00	-26.000,00
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	17.646,00	18.896,00	20.788.174,81

FONTE:

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Exercício: 2023
RS milhares

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
NADA A REGISTRAR						
TOTAL						

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças


 Juliana Barbosa da Silva Aguiar
 Prefeita



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
 Acesso em: https://etce.acepe.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-d6b6637385e2



Prefeitura Municipal de Casinhas

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2023



AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R\$ 1.000,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III + IV)	

NADA A REGISTRAR

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Finanças

Juliana Barbosa da Silva Aguiar
Prefeita

Documento Assinado Digitalmente Por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Asses em: <https://etec.tepe.ic.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-d6b637385e2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://ste.icepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6637385e2

ANEXO III
RISCOS FISCAIS

Palácio Municipal Miguel Agostinho Barbosa
Rua Severino Augusto de Miranda. S/N - Casinhas - PE - Fones: (81) 3634-9156



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://stc.tecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-db6b637385e2

ANEXO III DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023 ANEXO DE RISCOS FISCAIS

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Casinhas, para 2023, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

Art. 4º.

“§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A reserva de contingência, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, os quais incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 1% (um por cento) da receita corrente líquida para a reserva de contingência.

Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CASINHAS

Nossa maior obra é cuidar das pessoas.

CNPJ: 01.618.704/0001-95



Documento Assinado Digitalmente por: JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
Acesse em: <https://epec.cepe.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: 86949772-7189-4b64-b0e7-dbb6b637385e2

No exercício de 2023 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:

1. Não atingimento das metas de arrecadação de receitas em decorrência de:
 - a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
 - b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
 - c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO.
2. Ocorrência de epidemias, enchentes, secas, abalos sísmicos e outras situações de calamidade pública, ou emergencial, que implique em despesas não previstas, podem prejudicar as metas fiscais, especialmente o resultado primário.
3. Incremento da dívida previdenciária que impliquem na assunção formal de débitos em favor da previdência social, assim como débitos de anos anteriores, decorrente de levantamentos periódicos feitos pela Receita Federal do Brasil;
4. Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.
5. Baixo retorno da arrecadação da dívida ativa, no exercício de 2023, em decorrência de resposta insatisfatória dos esforços administrativos e demandas judiciais mais demoradas.

Em razão dos riscos serem hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração. Anexa planilha estabelecida pela STN.


JULIANA BARBOSA DA SILVA AGUIAR
PREFEITA

Palácio Municipal Miguel Agostinho Barbosa
Rua Severino Augusto de Miranda. S/N - Casinhas - PE - Fones: (81) 3634-9156